

3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no AI nº 0317306-4 (NPU 00010850-17.2013.8.17.0000)

Embargante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Embargado: Maria Clara Santos

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

EMENTA E ACÓRDÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. RECURSO REJEITADO.

I – Os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da matéria decidida, devendo esta ser impugnada mediante espécie recursal própria.

II – Os embargantes não lograram apontar nenhuma obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada no acórdão recorrido.

III – É entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça que não há necessidade de pronunciamento expreso sobre cada um dos dispositivos legais apontados pelas partes a fim de que se viabilize o acesso às instâncias extraordinárias.

VII – Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no AI nº 0317306-4, em que figuram, como embargante Sul América Companhia Nacional de Seguros e, como embargada Maria Clara Santos, acordam os desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade, em REJEITAR o recurso, nos termos do voto do Relator e das notas taquigráficas.

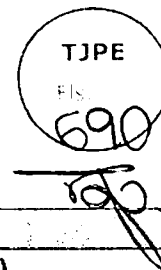
Recife,

28-1-2014



Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no AI nº 0317306-4 (NPU 00010850-17.2013.8.17.0000)

Embargante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Embargado: Maria Clara Santos

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 676/681) com efeitos infringentes opostos por Sul América Companhia Nacional de Seguros, contra o acórdão proferido por esta 3ª Câmara Cível (fl. 664), o qual deu provimento ao Agravo de Instrumento interposto em face da decisão interlocutória prolatada pelo juízo da 20ª Vara Cível do Recife e julgou prejudicado o Agravo Regimental.

Nas razões do aclaratórios, a seguradora embargante afirma que houve omissão do acórdão, em razão da ausência de fundamentação legal para o indeferimento do pleito de remessa à Justiça Federal e a desconsideração da existência de manifestação da Caixa Econômica Federal nos autos requerendo a sua intervenção do feito. Objetiva ainda a Embargante prequestionar a matéria objeto do recurso (fl. 677).

É o relatório.

Independendo o feito de pauta, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

Recife, 29-1-2014


Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator

3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no AI nº 0317306-4 (NPU 00010850-17.2013.8.17.0000)

Embargante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Embargado: Maria Clara Santos

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

VOTO

Nos precisos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis para sanar obscuridade, contradição (inciso I), ou omissão (inciso II) no pronunciamento judicial objeto do recurso, ostentando caráter integrativo ou aclaratório, cabendo à parte recorrente apontar na petição o ponto obscuro, omissivo ou contraditório (art. 536, CPC) que merece ser sanado.

Observando a ementa e o voto da relatora do Agravo de Instrumento, os quais integram o acórdão embargado, pode-se verificar que a relatora pronunciou-se de forma exauriente sobre o tema da competência, analisando, inclusive, os argumentos aduzidos pela Caixa Econômica Federal, como demonstra o seguinte trecho do voto da relatora (fl. 668):

“No caso sob exame, de acordo com o que a própria CEF informa nas razões do recurso de Agravo Regimental e com o documento que junta à fl. 261, o contrato da mutuária recorrida foi celebrado no ano de 1978, portanto, em data anterior ao período indicado pela decisão do STJ como lapso temporal no qual haveria possibilidade dos contratos serem celebrados como a garantia do FVCS.”

Logo o que se verifica é que inexistente qualquer omissão a ser sanada, sendo o presente recurso, em verdade, uma tentativa de rediscussão a respeito da matéria de competência, o que vai de encontro à massiva e pacífica jurisprudência que veda a utilização dos Embargos de Declaração com o objetivo de rediscutir o julgado. Sob esse diapasão, colhem-se os seguintes precedentes deste TJPE:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PREQUESTIONAMENTO - OMISSÃO. INEXISTÊNCIA - REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no decisório combatido, não há como acolher o recurso de embargos de declaração. Encontrando-se a decisão devida, coerente e suficientemente fundamentada, impossível a rediscussão da matéria mediante um recurso que não se destina a tal finalidade. (EDcl nº 0015895-36.2012.8.17.0000, 3ª Câmara Cível, Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão, julgado em: 13/09/2012). Sem grifos no original.

Embargos de Declaração. Apelação em Mandado de Segurança. Licitação. Alegação de omissão. Prequestionamento. Dispositivos insertos na decisão embargada. Rediscussão da matéria. Ausência de omissão, obscuridade ou

contradição. Os embargos declaratórios não são meio hábil para reexame da matéria, restringindo-se apenas nas hipóteses elencadas no art. 535 do CPC. Embargos de Declaração não providos. Decisão Unânime. (...) 9. Para fins de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a existência de alguns dos vícios descritos no art. 535 do CPC, o que não é o caso dos autos; 10. A decisão e enfrentou as questões suscitadas com os fundamentos pertinentes, apenas não atendeu a tese defendida pelo embargante; 11. Embargos de Declaração improvidos; 12. Decisão Unânime. (EDcl nº 0005425-87.2005.8.17.0000, 1ª Câmara de Direito Público, Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões, julgado em: 11/12/2012). Sem grifos no original.

Percebe-se, pois, que os embargantes se encontram inconformados com o acórdão recorrido e visam reformá-lo em sede de embargos de declaração, o que não é possível, diante da inadequação da via recursal eleita.

Por fim, pretendem os recorrentes que os embargos de declaração tenham efeitos de prequestionamento. Todavia, é entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça que **não há necessidade de pronunciamento expresso sobre cada um dos dispositivos legais apontados pelas partes a fim de que se viabilize o acesso às instâncias extraordinárias.**

Observem-se os precedentes abaixo colacionados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO. VIA INADEQUADA. OBJETO CENTRAL DO LITÍGIO TRATADO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. EMBARGOS A QUE SE NEGA PROVIMENTO - DECISÃO UNÂNIME. 1 - A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ. 2 - A Embargante tenta em sede de embargos de declaração revisitar o julgado, objetivando sua reforma e desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC. As questões relevantes do litígio restaram abordadas na decisão não havendo omissão no julgado. Inconformada com o julgado deve a Embargante manejar o recurso de reforma cabível. 3 - Embargos de declaração a que se nega provimento. (TJPE – EDcl nº 240880-4/02, 3ª Câmara Cível, Relator: Des. Eduardo Sertório, julgado em: 10/01/2013). Sem grifos no original.

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SUCESSÃO EMPRESARIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DA SUCESSORA. TESE DEBATIDA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DIVERGÊNCIA NOTÓRIA. MATÉRIA PACIFICADA NO STJ. 1. Não há falar em falta de prequestionamento se a matéria submetida ao STJ, ainda que sem indicação expressa do dispositivo legal a que se refere, foi objeto de enfrentamento pelo Tribunal de origem. (...) 4. Agravo regimental provido para se conhecer do recurso especial e dar-lhe provimento. (STJ – AgRg nos EDcl no REsp 1257530/RJ, 3ª Turma, Relatora: Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em: 12/11/2013). Sem grifos no original.

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO-BASE 1989.

692
60

CORREÇÃO MONETÁRIA. OTN/BNF. ÍNDICE OFICIAL. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omisso, contraditório ou obscuro, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não ocorreu no presente caso. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, o prequestionamento não exige a expressa menção dos dispositivos violados; basta que a matéria por eles versada tenha sido discutida pelo Tribunal de origem. (...) Embargos de declaração rejeitados. (STJ – EDcl no REsp 1131762/DF, 2ª Turma, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, julgado em: 04/09/2012). Sem grifos no original.

Diante de todo o exposto, **REJEITO** os presentes embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 28-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator